

Trajetória camponesa: do êxodo rural à reconstrução da identidade mediada pela educação

Peasants trajectory: from the rural exodus to the reconstruction of identity mediated by education

Trayectoria campesina: del éxodo rural a la reconstrucción de la identidad mediada por la educación

DOI: 10.55905/ijsmvtv10n3-040

Originals received: 04/29/2024

Acceptance for publication: 05/27/2024

Maria Wanda de Alencar Ramos

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Endereço: Rua Dilba Bevervanso, 196, Centro, Guaratuba – PR, CEP: 83280-000

E-mail: mariawand@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1392-4870>

Valter Roberto Schaffrath

Doutor em Agronomia

Instituição: Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Endereço: Rua João Negrão, 1285, Rebouças, Curitiba - PR

E-mail: valter.schaffrath@ifpr.edu.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9868-2916>

RESUMO

O nordeste brasileiro foi marcado, historicamente, por algumas mazelas que o acompanham ao longo do tempo: desigualdade social e concentração de renda. Essa, em geral, associada à concentração de terras, cujo histórico de disputas, remontam à chegada dos europeus à região, tendo o êxodo rural como uma das características marcantes, “distribuindo” nordestinos para várias regiões do país. Este artigo trata da trajetória, campo/cidade, de filha de camponeses da Caatinga nordestina e os percalços porque passam àqueles que saem do rural para se integrar ao urbano, da negação das origens à reconstrução da identidade camponesa, perpassando pela educação, inclusive, graduação em Agronomia. A metodologia utilizada é relato de experiência com pesquisa bibliográfica e análise de proposta político pedagógico de curso “tradicional” das ciências agrárias e do mesmo curso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, entendendo a importância da abordagem de como o ensino/educação, em uma sociedade desigual, trata o campesinato e como os camponeses que acessam o ensino podem se enxergar nesta realidade. Como resultado, é apresentado que a luta de classes e a correlação de forças estão se tornando cada vez mais complexas e podem levar estes trabalhadores, fruto do êxodo rural, a vários caminhos, entre eles, às periferias urbanas com perda de identidade, tornando-se assalariados. Também, poderá conduzi-los à

resistência, recriando-se por meio de outras agriculturas que garantam a sua reprodução, organizando-se em movimentos sociais capazes de transformar seus espaços.

Palavras-chave: agricultura, prouera, resistência, êxodo rural.

ABSTRACT

The Brazilian northeast was marked, historically, by some ailments that accompany it over time: social inequality and concentration of income. This, in general, associated with the concentration of land, whose history of disputes goes back to the arrival of the Europeans in the region, with the rural exodus as one of the striking characteristics, "distributing" the northeastern regions of the country. This article deals with the trajectory, field/city, of the daughter of peasants from the northeastern Caatinga and the obstacles because they pass to those who leave the rural to integrate to the urban, from the negation of origins to the reconstruction of peasant identity, going through education, including, graduation in Agronomy. The methodology used is an account of experience with bibliographic research and analysis of a pedagogical policy proposal of a "traditional" course in the agrarian sciences and of the same course as the National Program of Education in Agrarian Reform, understanding the importance of the approach of how teaching/education, in an unequal society, treats the peasantry and how the peasants who access the teaching can see themselves in this reality. As a result, it is presented that the class struggle and the correlation of forces are becoming increasingly complex and can lead these workers, fruit of the rural exodus, to various paths, among them, to the urban peripheries with loss of identity, becoming wage earners. Also, it can lead them to resistance, recreating itself by means of other agriculture that guarantee their reproduction, organizing themselves into social movements capable of transforming their spaces.

Keywords: agriculture, prouera, resistance, rural exodus.

RESUMEN

El noreste brasileño estuvo marcado, históricamente, por algunas dolencias que lo acompañan a lo largo del tiempo: desigualdad social y concentración del ingreso. Esto, en general, asociado a la concentración de la tierra, cuya historia de disputas se remonta a la llegada de los europeos a la región, con el éxodo rural como una de las características llamativas, "distribuyendo" las regiones del noreste del país. Este artículo aborda la trayectoria, campo/ciudad, de la hija de campesinos del nororiente de la Caatinga y los obstáculos porque pasan a quienes salen de lo rural para integrarse a lo urbano, desde la negación de orígenes hasta la reconstrucción de la identidad campesina, pasando por la educación, incluida la licenciatura en Agronomía. La metodología utilizada es un relato de la experiencia con la investigación bibliográfica y el análisis de una propuesta de política pedagógica de un curso "tradicional" en ciencias agrarias y del mismo curso que el Programa Nacional de Educación en Reforma Agraria, entendiendo la importancia del enfoque de cómo la enseñanza/educación, en una sociedad desigual, trata al campesinado y cómo los campesinos que acceden a la enseñanza pueden verse a sí mismos en esta realidad. Como resultado, se presenta que la lucha de clases y la correlación de fuerzas son cada vez más complejas y pueden llevar a estos trabajadores, fruto del éxodo rural, a

diversos caminos, entre ellos, a las periferias urbanas con pérdida de identidad, convirtiéndose en asalariados. Además, puede conducirlos a la resistencia, recreándose a sí mismo mediante otras actividades agrícolas que garanticen su reproducción, organizándose en movimientos sociales capaces de transformar sus espacios.

Palabras clave: agricultura, prouera, resistencia, éxodo rural.

1 INTRODUÇÃO

A maioria das pessoas que tem fome no mundo não é composta por consumidores urbanos compradores de alimento, mas de camponeses produtores e vendedores de produtos agrícolas. O seu número elevado não é uma simples herança do passado, mas o resultado de um processo, bem atual, de empobrecimento extremo de centenas de milhões de camponeses sem recursos (Mazoyer; Roudart, 2008). No Brasil, as transformações pelos quais passaram os camponeses se acentuaram, fundamentalmente, a partir da segunda metade dos anos 1960, fortemente pressionados pela expansão do capital industrial, que promoveu mudanças, não somente aos camponeses, mas a toda sociedade brasileira. Assinalada pela violenta transferência de populações para o setor urbano, promovida por amplo conjunto de fatores, tais como a mecanização intensa e a substituição de culturas intensivas em mão-de-obra pela pecuária. O processo de modernização conservadora foi um dos principais vetores para a expansão e a aceleração do êxodo rural brasileiro. O modelo de modernização do campo estabelecido no regime militar (1964-1985) atendia aos interesses que suscitavam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, acentuando, significativamente, a migração rural-urbana e a consequente concentração em cidades cada vez maiores (Martine e Garcia, 1987; Gonçalves Neto, 1997).

Neste percurso migratório, a construção da identidade camponesa foi mais no sentido de não se enxergar no mundo. A partir do conceito do camponês excluído desenvolvido por Martins (1981), apresenta-se o relato de experiência da filha de camponeses da Chapada do Araripe, no sertão nordestino, perpassando pelo mundo da educação, em que havia a “necessidade” de negação da identidade como forma de se incluir nos grupos urbanos, devido ao preconceito vivido por quem vem do rural,

culminando com a chegada à Universidade, cursando Agronomia. Em seguida, apresenta-se o projeto pedagógico de dois cursos de Agronomia, apontando os diferentes tipos de abordagem e o olhar sobre o campesinato, em que algumas disciplinas mostram a realidade rural, a partir de um modelo hegemônico de agricultura centralizadora de terras e demais recursos naturais dos meios de produção e das prioridades das políticas públicas nos diferentes momentos da história do país, negando a existência de outras formas de cultivo, fundamentalmente, seus segmentos não capitalizados, historicamente bloqueados pelo modelo hegemônico, tratados tanto nas esferas da ação pública quanto em parcela substancial da produção acadêmica (Ferreira; Zanoni, 1998). Entretanto, quando se refere a um curso “tradicional”, o poder da negação destas outras formas de agricultura são fortemente consubstanciados, de modo que aqueles que já se encontram como não pertencentes à realidade constituída, sintam-se, cada vez mais, um não camponês, vez que já não estão diretamente vinculados aos seus modos de vida, produção e reprodução, mas também, eles, não são urbanos, pois em síntese, são excluídos.

A partir da abordagem de Martins (1981), mostram-se dois caminhos percorridos pelos camponeses excluídos, desde o próprio extermínio físico de suas vidas, às muitas lutas camponesas que constituíram o legado histórico do campesinato, contribuindo para as conquistas de classe e a luta por igualdade de direitos deste País.

O objetivo deste artigo é construir uma narrativa da trajetória camponesa, de alguém que sai do campo para estudar na cidade. De modo a visibilizar o não enunciado, o não proferido e o não conhecido, de maneira que se possa refletir que por trás da história de cada um, que foi derivado do êxodo rural, as muitas intercessões com outros trabalhadores do campo e da cidade em um processo. Segundo Abramovay e Sachs (1996), tal processo de desruralização, não se apresenta, necessariamente, como tendo acesso às condições mínimas próprias da vida urbana, mas a um movimento de exclusão e perda de identidade.

2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

2.1 NORDESTE

Entre as décadas de 1950 a 1990, no Nordeste, os dados do êxodo rural mostram que dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros, dos anos 50, quase metade (46,3%) eram nordestinos. Entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou o total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos. Geralmente, é do rural da região Nordeste, que atingem os maiores contingentes populacionais. Nos anos 90, de 5,8 milhões de habitantes, do êxodo rural, mais da metade é composta por nordestinos. Nesta década, mais do que nunca o êxodo rural brasileiro foi um fenômeno nordestino. Somente entre os anos de 1990 e 1995, de todos os migrantes rurais do país, 54,6% saíram do Nordeste, o que representou 31,1% da população que vivia na zona rural da região no início da década (Camarano; Abramovay, 1999).

2.2 CHAPADA DO ARARIPE

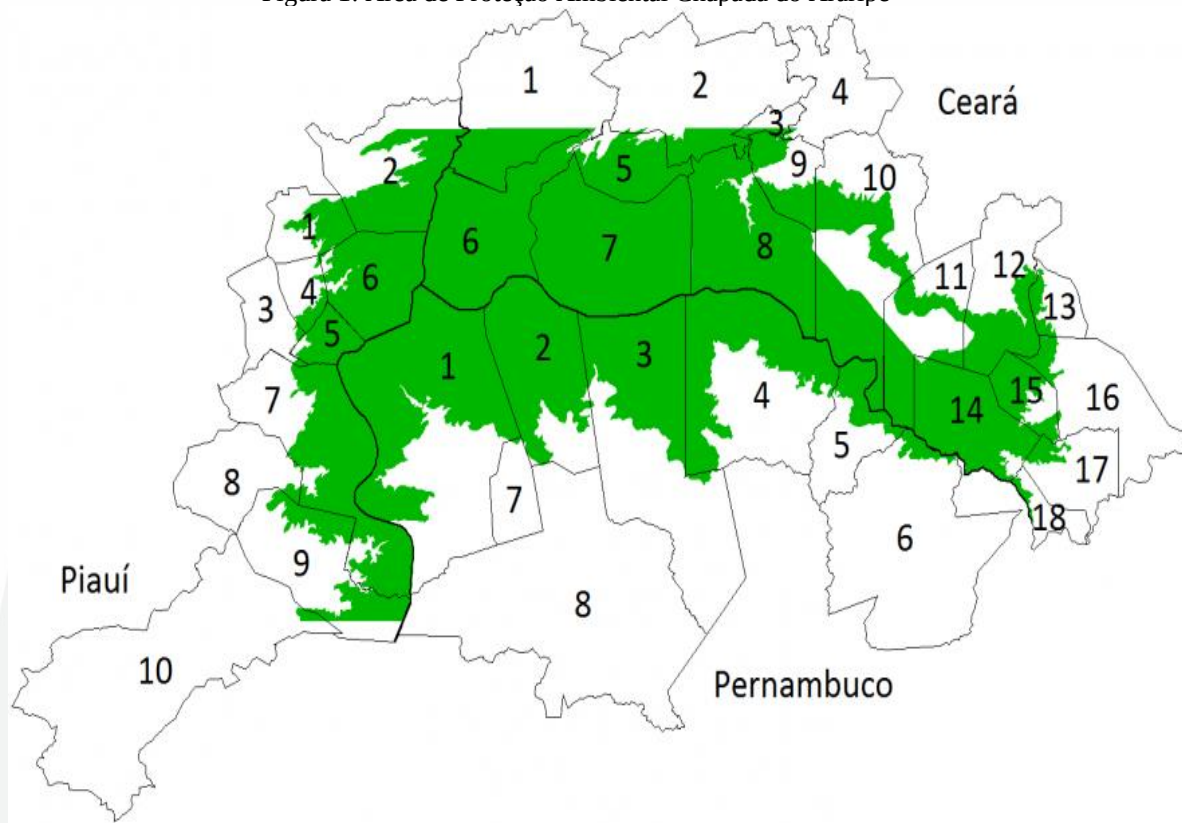
A Chapada do Araripe, Área de Proteção Ambiental – APA, criada em 1997, abrange parte dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, com mais de um milhão de hectares de terras, num mosaico de paisagens e fitofisionomias, entre elas: Caatinga, Floresta Ribeirinha, Cerrado e Mata Úmida (Andrade-Lima, 1966; Radambrasil, 1981). Segundo Fernandes, *et al* (2008), nesta área, há mais de 700 mil habitantes, englobando 42 municípios. É possível encontrar também grande diversidade cultural, proporcionada pela pluralidade de paisagens, costumes, manejo agropecuário práticas religiosas, alimentação e vivências locais. Por abranger apenas parte de três estados, optou-se por apresentar algumas informações do estado de origem da autora, localizado na parte oeste da Chapada do Araripe, no estado do Piauí, conforme figura 1.

A Caatinga é o bioma predominante no Piauí, apresenta como um dos principais problemas naturais, o regime incerto de chuvas, que faz com que vários rios sequem no verão. Já, o principal problema causado pelo ser humano é a desertificação, fundamentalmente causada pela retirada da camada natural de vegetação, provocando a

laterização e lixiviação. Esta relação é cíclica e, portanto, retroalimentada na continuidade dessas intervenções.

Ponderando ainda que a Caatinga é considerada um dos ecossistemas brasileiros mais degradados pelas atividades humanas, sendo estimada que 45,3% de sua área total já esteja alterada, o que a coloca como o terceiro bioma brasileiro mais modificado, sendo ultrapassado apenas pela Mata Atlântica e o Cerrado, contudo, observa-se que é o menos protegido, com apenas 8% de área sendo mantida em 123 Unidades de Conservação, das quais 41 de Proteção Integral e 82 de Uso Sustentável. A degradação da Caatinga pelo uso agrícola com cultivos itinerantes, que incluem desmatamento e queimadas resultando na perda de biodiversidade, na aceleração dos processos erosivos, no declínio da fertilidade do solo e da qualidade da água, provoca ainda mais mudanças dos ciclos biogeoquímicos, recaindo, sobretudo, na vida dos agricultores familiares, pois os impactos negativos, como a desertificação, cria um ambiente desfavorável para que consiga se manter neste ambiente com o seu trabalho e forma de produção (Brasil, 2018; Cnrbc, 2004).

Figura 1: Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe



Fonte: ICMBio/1997.

Segundo o decreto¹ de criação: A APA corresponde a área verde. As divisas estaduais são marcadas pela linha grossa e limites municipais linha fina. Os números são dos municípios, os quais totalizam 36.

2.3 PIAUÍ

A questão agrária e fundiária em um Estado com forte marca de pobreza e desigualdades sociais no campo foram um dos fatores determinantes no contributo ao êxodo rural. Os estudos que tratam da nossa formação sócio-histórica têm sido férteis em evidenciar que os problemas do mundo agrário, sobretudo, aqueles relacionados à desigual forma de apropriação da terra, geradora de uma estrutura fundiária altamente

¹ Decreto s/n de 4 de agosto de 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5587.htm> Acesso: maio 2019.

concentrada, tem suas raízes no século XVI, no processo de colonização. Sendo que este contexto está fortemente vinculado ao processo de internacionalização da economia brasileira. Os latifúndios piauienses têm origem no processo de concessão de terras aos sesmeiros absenteístas.² E ao longo do tempo foram tomadas novas formas, porém continuando concentrada a posse da terra. Na década de 1970, por exemplo, em que o país experimentava o processo de modernização de agricultura, o poder público desempenhou um papel importante como indutor deste processo. Embora no Piauí as mudanças na base técnica da produção agrícola, entre as décadas de 1970 e 1980, tenham seguido um ritmo lento, a modernização da agricultura piauiense alterou as relações sociais e estimulou a emergência de tensões no campo, chamando a atenção para a natureza dos conflitos agrários e para a dinâmica das questões e dos sujeitos que protagonizam as disputas neste período (Soares de Andrade; Rocha Viana, 2016).

3 ÊXODO RURAL E A EXCLUSÃO DO CAMPONÊS

Há diferentes palavras que, em distintos lugares, designam o camponês com duplo sentido. Definiram-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço e, como aquele que não está, senão ocasionalmente, na sociedade, mas à margem. Ele não é de fora, mas também, não é de dentro, ele é, num certo sentido, o excluído e, é assim que, inclusive os seus aliados vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate, às vezes, ele é encarado como um perigo, outras vezes como um incapaz de fazer história, necessitando ser “conscientizado.” A exclusão do camponês, não é mera exclusão política, ela reflete a sua participação no processo histórico. Para Martins (1981) a história brasileira tem sido uma história urbana.

A partir desta realidade e da caracterização de excluído da terra, do trabalho e da produção, pode-se identificar vários cenários desde a expulsão dos trabalhadores do campo. Aqui apresenta-se, a título de arquétipo, dois caminhos tratados por Martins

² Àqueles que não se estabeleciam nas terras solicitadas à Coroa Portuguesa e que eram concedidas a partir de uma relação de bases autoritárias onde o prestígio social e as relações que o fazendeiro estabelecia com a administração da colônia era o que determinava tal concessão.

(1981), trilhados pelos camponeses: i. Camponeses nordestinos que saem da sua região e passam a trabalhar como trabalhadores temporários, no estado de São Paulo e, nestas idas e vindas, converteram-se a uma seita pentecostal – o Adventismo da promessa – cuja conversão representava o ponto culminante, que completaria o processo de desorganização de suas vidas. Tal processo iniciado com as mudanças que haviam alterado, completamente o equilíbrio entre o trabalho e a terra, bem como o desfalque periódico da família, convertidos agora em migrantes e, até mesmo a própria concepção religiosa que fornecia os critérios de legitimação da vida tradicional do posseiro havia perdido o seu sentido. A violência dirigida a estes camponeses, numa situação de exacerbação mística, que em poucas horas levou o grupo a exterminar várias crianças e animais domésticos, num verdadeiro banho de sangue, para culminar em profecias sobre o fim do mundo e sobre o arrebatamento do grupo ao céu, constituindo, simbolicamente, nas horas finais, a retomada do processo de expropriação iniciado pelos grileiros e consumado pelos próprios camponeses quando começaram a jogar fora os seus bens, seu dinheiro, suas roupas, estando inteiramente nus no momento do ataque policial. O juízo final e o arrebatamento constituíram-se no coroamento místico e simbólico do processo que começara com a expulsão da terra, com o empobrecimento representado pelo pagamento da renda em trabalho e/ou espécie. O sentido destes primeiros fatos desvenda-se inteiramente pelo sentido dos últimos, transfigurado na batalha de Deus e do Diabo, do visível e do invisível. É um desvendamento em que o camponês se descobre como inimigo de si mesmo e do seu próprio corpo. Nisso descobre-se possuído e não mais posseiro. ii. o caminho percorrido por aqueles outros, inclusive da autora, que transformaram a expulsão da terra em luta pelo direito ao retorno à terra, à reprodução e à vida, identificado nas diversas lutas camponesas ocorridas neste país, entre elas: O messianismo de Canudos (1896-1897) e de Contestado (1912-1916), o Cangaço (desde Antônio Silvino – 1896 a Lampião – 1938), Trombas e Formoso (1950-1952), as Ligas Camponesas (1955), as Assembleias Gerais do Povo no estado do Paraná (1957), entre tantos outros movimentos camponeses, além do atual Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST (1984 aos dias atuais).

A fim de melhor elucidar nossa abordagem, pelo fato de que o relato de experiência se passa na mediação pela educação, se faz importante, um olhar para o

projeto político pedagógico do mesmo curso (Agronomia), porém em locais diferentes, como forma de compreensão, de que é possível incluir, diversificar e ressignificar o ensino.

4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O caminho da autora do relato de experiência esteve relacionado ao universo do ensino formal, desde a admissão na educação infantil, encontrando-se com muita dificuldade em acompanhar os demais estudantes, até a chegada à graduação em um curso das ciências agrárias. Neste sentido, considera-se importante abordar duas visões pedagógicas de ensino de dois cursos de graduação em agronomia, onde a maioria das disciplinas da grade horária trata a agricultura familiar ou camponesa³ como inexistente, a visão de mundo é instituída a partir da lógica do agronegócio, o discente de origem camponesa, ainda em processo de formação, verá a agricultura como *locus* de sua não inclusão, de não se encontrar e não pertencer ao mundo, ele é “chamado” a trabalhar e empregar técnicas agrícolas incompatíveis com a sua realidade, em que os saberes populares da observação da natureza e a relação com o manejo agrícola, chega a ser ridicularizado. Contudo, a via campesina sentindo a necessidade da formação de profissionais da área e que a abordagem fosse tratada a partir da realidade dos estudantes, filhas e filhos de camponeses, a fim de que tivessem a oportunidade de estudar, procurou atender a esta demanda, reivindicando a criação de cursos, inclusive de bacharelado em Agronomia por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera⁴ para que esse público pudesse se incluir e atender às suas necessidades.

³ Optou-se por não adentrar à discussão das diferentes tipologias quando se refere à agricultura familiar ou à camponesa, entendendo aqui as diferentes agriculturas de pequena escala, tradicional, cabocla, indígena, quilombola, entre tantas diversidades.

⁴ O programa nasceu da demanda dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais em 1998 pelo direito à educação com qualidade no campo. Sua atuação se dá por meio de parcerias entre o Incra e instituições públicas de ensino ou instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos, além de governos estaduais e municipais, com o apoio de entidades representativas do público da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/pronera-completa-20-anos-de-atuacao-educacional-no-campo>>. Acesso: maio de 2019.

Apresenta-se o projeto pedagógico, do curso de Bacharelado em Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo – Camosc, tendo como *locus* de funcionamento a Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT, Campus Universitário Jane Vanini em Cáceres-MT, classificado quanto à sua periodicidade e modalidade como um curso de modalidade diferenciada por seguir metodologias de práticas pedagógicas especiais e ser oferecido na forma de módulos, com calendário acadêmico específico e regime de ensino de alternância (UNEMAT, 2007). E o projeto pedagógico do curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, do tipo bacharelado, na modalidade presencial, com regime semestral, ofertado no Setor de Ciências Agrárias da UFPR, Curitiba, com turno de funcionamento, integral (UFPR, 2014).

A modernização do campo brasileiro não considerou a diversidade dos contextos. Os saberes dos camponeses foram ignorados. A relação do técnico com o agricultor foi unilateral e unilinear. O contexto modernizador gerou a expulsão do agricultor do campo, provocou o êxodo rural, negou a biodiversidade. A concepção de ciência dominante é simplificadora. Se as estatísticas mostram o crescimento do volume de produção agrícola, demonstram também a concentração da propriedade agrícola, da dependência da agricultura em relação ao mercado, da degradação ecológica, do empobrecimento do trabalhador do campo. Sem levar em conta esta realidade, o curso “tradicional” aborda a complexidade dos sistemas voltados às áreas do conhecimento ambiental, descrevendo:

“A formação de engenheiros agrônomos é uma tarefa complexa, já que esse profissional precisa dominar muitas áreas do conhecimento. Entre elas temos a Engenharia Agrícola (mecanização, irrigação e drenagem, construções rurais, etc.), Solos (pedologia, conservação de solos, fertilidade, nutrição mineral), Economia e Administração Rural, Zootecnia, Manejo de Lavouras, Sanidade Vegetal (fitopatologia, entomologia, controle de plantas daninhas), Horticultura (fruticultura, olericultura, plantas ornamentais e paisagismo), Meio Ambiente (ecologia, gestão de serviços ambientais), entre outros” (UFPR, 2015. p. 3).

Outrossim, a proposta político pedagógica para o mesmo profissional no Pronera apresenta uma visão holística enunciando:

“A ciência e a tecnologia não provêm de pacotes, serão feitas a partir da experiência. A agricultura de base agroecológica [...] será feita a partir dos contextos culturais e ecológicos que formam sistemas complexos [...] a natureza é

complexa [...] não prenderemos o contexto sociocultural na perspectiva do mercado e na empresa capitalista. A proposição está na afirmação da economia que considere a diversidade social, que empodera os grupos sociais, que desenvolve a autogestão, [...] é solidária e de cooperação. Para fazer esta economia os sujeitos sociais que se implicam nela precisam ser competentes, afinal ela é uma proposição contra hegemônica, é uma *práxis* social superadora do modelo dominante. Os agrônomos [...] deverão adquirir competências para exercer a pesquisa, o fomento, o ensino tecnológico, o desenvolvimento e assistência técnica e extensão rural, dentro de um modelo de ciência & tecnologia agropecuária que preserve a saúde dos trabalhadores, dos consumidores e do ambiente, minimizando os seus impactos negativos e otimizando os seus impactos positivos, no campo e na cidade” (UNEMAT, 2007 p. 10).

Algumas diferenças podem ser mais bem observadas nos objetivos específicos, enfoque e perfil do egresso, conforme quadro comparativo:

Quadro comparativo CAMOSC/UNEMAT X UFPR

CAMOSC	UFPR
Objetivo específico	Objetivo específico
Formar técnicos formadores, capacitadores e educadores do campo, que respeitem os conhecimentos populares que influenciam na mudança do modelo tecnológico e desenvolvem conhecimentos para o cooperativismo, empreendedorismo solidário, formas organizacionais para a geração de trabalho e distribuição de renda.	Formar profissionais preparados para o mundo globalizado.
ENFOQUE PRETENDIDO DO CURSO	PERFIL DO EGRESSO
O modelo de agricultura a ser pesquisado, construído, estudado, desenvolvido, criado, adaptado, preconizado, difundido, transferido, ensinado e estendido no curso de Agronomia, deverá estar voltado para promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas, da equidade-inclusão social e da viabilidade técnica-econômica da agropecuária, do segmento da chamada Agricultura Familiar e Camponesa, tendo como matriz técnico-tecnológica os princípios da Agroecologia, visando, inclusive a obtenção de produtos classificados como “Orgânicos” [...]	Os engenheiros agrônomos formados no curso de Agronomia da UFPR têm como perfil uma formação generalista com larga base cultural; autodidatismo; interesse em assuntos gerais; visão de tendências sociais e de mercado; facilidade de expressão; espírito empreendedor; liderança e, principalmente, ética nas atitudes. Com competências e habilidades adquiridas durante o curso.

Elaborado pelos Autores.

Não se quer com isso, realizar julgamentos e valorizar uma proposta, em detrimento da outra. Procurou-se enfatizar que não há espaço para a agricultura camponesa no ensino “formal” da agronomia. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura de 2014, a agricultura familiar produtora de cerca de 80% dos alimentos no mundo e guardião de aproximadamente 75% de todos os recursos agrícolas do planeta, sendo fundamental para a melhoria da sustentabilidade ecológica, da agrobiodiversidade, das práticas culturais, das interações com a natureza e suas

relações. O que se reivindica é o seu lugar no espaço e tempo condizentes com o seu papel histórico e importância socioambiental.

5 CAMINHOS/TRAJETÓRIAS

Na trajetória imposta de buscar na cidade “melhores” condições de vida e a garantia para estudar, a autora do relato de experiência saiu do campo à cidade. O fato de ser mulher, colaborou para a sua saída do campo, pois não havia a necessidade tão grande quanto a de seus irmãos no trabalho diário da lavoura, podendo ir à cidade, ficar na casa dos parentes e colaborar nas atividades domésticas.

Um dos primeiros choques culturais foi que no campo, mesmo numa situação de pobreza, há uma certa relação mais intensa com a natureza e de igualdade entre os outros camponeses pobres. Na cidade, mesmo entre os pobres, o camponês era concebido depreciativamente, como o atrasado, o rústico, o rude ou o agrário (Ponte, 2004).

Mesmo sem entrar na discussão da construção epistêmica sobre identidade/s, falar sobre isso, requer reflexão sobre processos de identificação. Neste sentido, identificar implica apontar diferenças. Há na humanidade “um estoque de discrepâncias genéticas”, isto é, ser diferente é uma característica da natureza biológica do ser vivo. Se do ponto de vista biológico, as diferenças já despontam como um elemento central, do ponto de vista do ser social, a diferença é muito mais complexa à construção da(s) identidade(s) (Silva, 2003).

Souza (2000) questionava como buscar preservar uma legitimidade para a noção de identidade sem deixar que a assunção de alteridade interdiça o diálogo, impeça comparações e, no limite, oblitere a consciência de manipulações ideológicas e de fissuras no interior das culturas. Mesmo sendo amplo e complexo, o estudo das identidades tornou-se corriqueiro e, mais ainda, permissivo, no entanto, perigoso. A compreensão é de que a produção espacial da sociedade implica em uma relação com o território e que tal relação é a expressão do modo de ser e agir das pessoas devido a isso, manifestam-se social, cultural e espacialmente. Processos de exclusão, de “desterritorialização” e “reterritorialização” marcam esta discussão, imputam novos sentidos à espacialidade, redirecionam as trajetórias, as escolhas e os caminhos das pessoas (Silva, 2003).

Por isso, para nós, é fundamental falar de identidade(s), mesmo entendendo a dificuldade de compreensão do que representa. O que se percebe é que em uma sociedade que busca padronização de costumes, valores e consumo, o diferente não é bem-vindo ou aceito, devendo ser conduzido ao padrão de menor resistência possível ao modelo hegemônico vigente. No entanto, para isto a utilização dos métodos de hostilidade e desvalorização do conhecimento de outros saberes populares, refletem no camponês, fruto do êxodo rural, a “necessidade” de negar as suas origens, de maneira a se sentir parte e não ser motivo de escárnio e exclusão. Todavia, tal comportamento acarreta consequências gravíssimas no processo cognitivo de formação da “nova” identidade e nas interações com a sociedade e consigo mesmo podendo ser conduzido a vários caminhos, inclusive aquele descrito por Martins de se enxergar como inimigo de si mesmo e do seu próprio corpo, em suma, um excluído.

Entretanto, para aqueles que seguiram o caminho da luta pela igualdade e direitos, este processo é lento e dolorido. O caso da autora do relato de experiência, que durante a sua jornada foi se reencontrando com os movimentos sociais do campo, ainda que com uma “percepção”, de que aquela luta não era a sua causa, mas a do outro; a negação, até então, era evidente, mas a ancestralidade continuava viva. A busca pela justiça social se fazia presente e isto nos torna iguais, bastando um pouco mais de maturidade para se encontrar e identificar com a grande causa: a do nosso povo, condensada em sonhos de conquistas da terra prometida e por liberdade. As figuras 2 e 3, mostram um pouco o retrato das paisagens da Caatinga e suas interações.

Figura 2: Casa do sertanejo envolto da vegetação típica do bioma.



Fonte: Os próprios Autores.

Figura 3: Juazeiro em meio a vegetação seca.



Fonte: Os próprios Autores.

O juazeiro (*Ziziphus joazeiro*) é cantado e musicado por todo o Nordeste, em meio a toda vegetação seca, mantém-se exuberante, tal qual a flor no deserto, produzindo sombra aos animais, frutos comestíveis, além de uma infinidade de uso à produção industrial, o sertanejo vive envolto de paisagens simbólicas e consistentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é a expressão e a totalidade das características de um povo, nas manifestações culturais encontram-se muitos dos traços identitários: na arte, na religião, na dança, na culinária e nas formas de se reproduzir. Identidades são múltiplas e plurais, em um mundo globalizado, onde a mídia, com sua produção efêmera de discursos persuasivos, nos “impõe” incessantemente, à adequação de nossas identidades. Possivelmente, a pluralidade na identidade é o que permitirá garantir os modos de vida das comunidades com costumes mais arraigados a determinadas paisagens e possa garantir a nossa permanência enquanto grupo e ser social.

No Brasil, a luta pela terra, educação e por direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, se torna cada vez mais complexa. Uma vez que, aqueles que não conseguem se manter no campo e são “expulsos”, poderão ser conduzidos a vários caminhos, entre eles, às periferias urbanas com perda da identidade camponesa, transformando-se em assalariados urbanos; Enquanto que outros, assim conforme relato de experiência, será a resistência⁵, se recriando por meio de outras agriculturas que garantam à sua reprodução, se reencontrando nos movimentos sociais do campo, ou participando de grupos que possibilitem o resgate da identidade “perdida”, de se incluir onde quer que estejam, capazes de transformar os seus espaços, as suas falas à partir de suas origens. Lutar pela liberdade e não a liberdade de trocar de fazenda ou de ir de uma região à outra,

⁵ Resistência em um sentido de movimento dialético de construção e recriação de novos sistemas, do ser humano como uma totalidade e é nessa totalidade que se deve circunscrever para poder compreendê-lo, é na dialética do sistema mundo que o movimento de resistência enquanto totalidade e enquanto exterioridade se recria contrariando o poder da modernidade e transgredindo o sistema mundo (DUSSEL, 1997).

a fim de vender sua força de trabalho, mas a liberdade de escolher entre alternativas concretas condizentes ao desenvolvimento pleno do ser.

Em vista disto, não se quer mais a dicotomia de, ora nos perceber como aqueles de hábitos rudes e “atrasados”, ora como a película de um discurso romântico de homem “próximo de Deus e da natureza”, por entender seus signos e guiar-nos notoriamente pelo movimento do sol, dos ventos, das chuvas e da lua. Neste sentido, quer-se o espaço de ser, de se perceber, seja na cultura, seja no nosso papel na economia do país e em diversos outros espaços, inclusive na educação, que embora sejam necessários os cursos do Pro-nera para incluir o excluído, sonha-se o dia, em que estejamos incluídos em todos os demais cursos e, sobretudo incluídos na sociedade, reescrevendo a história do nosso povo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; SACHS, Ignacy. **Nouvelles configurations villes campagnes**. Roma: FAO, 1996 (Habitat II).
- ANDRADE-LIMA, Dárdamo de. 1966. **Vegetação**. p. 11, folha II em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Conselho Nacional de Geografia. Editora Atlas Nacional do Brasil: Rio de Janeiro.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Biomás Caatinga**. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomás/caatinga>. Acesso em: Jun de 2018.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. 1999.
- CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA. CNRBC. 2004. **Cenários para o Bioma Caatinga**. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, Recife. 283 p.: il.
- FERNANDES, Maria de Fátima; et al. Vulnerabilidade dos municípios da Chapada do Araripe e o processo de desertificação. In: II Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação. **Anais...** Recife, 2008.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo. **Do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2008. 568 p.
- PONTE, Karina Furnini. Pensando o conceito do rural. **Revista Nera**, n. 4, 2004.
- RADAMBRASIL. 1981. **Levantamento de recursos naturais**. V. 23. Ministério das Minas e Energia: Rio de Janeiro.
- SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO**. 2003.

SOARES DE ANDRADE, Patricia; ROCHA VIANA, Masilene. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. Revista NERA, v. 19, n. 30, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Território do Outro, problemática do Mesmo?** O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo *versus* relativismo cultural. In: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (Orgs). Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. pp. 145-176.

UFPR – Universidade Federal do Paraná. **Projeto pedagógico do curso de Agronomia.** 2014. 51 p.

UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso. Anexo V ao Edital nº 03/2008. **Projeto acadêmico:** Curso de bacharelado em Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo. 2007. 112 p.